

BÔNUS 3

Questões comentadas

Noções de Direito Constitucional



SUMÁRIO

dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	PG: 3
dos Direitos Sociais	PG: 20
da Nacionalidade	PG: 29
dos Direitos Políticos	PG: 33
dos Administração Pública	PG: 38
dos Servidores Públicos	PG: 42
Das Funções Essenciais À Justiça	PG: 48

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – I ao XXIX)

QUESTÕES

1. A Constituição Federal assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e também é

- A) assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e vedada nas entidades militares de internação coletiva.
- B) livre a manifestação do pensamento, ainda que sob o anonimato.
- C) assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, prejudicada a indenização por dano material.
- D) assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- E) livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, condicionada a licença prévia.

2. A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- A) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e em tempo de guerra, podendo qualquer pessoa nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- B) Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião já convocada, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente.

C) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

D) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extra-judicialmente.

E) A lei não poderá, em qualquer situação, restringir a publicidade dos atos processuais.

3. Em relação aos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) É reconhecida a instituição do júri, assegurada a plena publicação das votações.
- B) É plena a liberdade de associação para fins lícitos e de caráter paramilitar.
- C) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- D) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessária à proteção de interesse coletivo.
- E) É livre a manifestação do pensamento e facultado o anonimato.

4. A inviolabilidade do domicílio não é absoluta, visto que a própria Constituição Federal ressalva as hipóteses em que é possível o ingresso na casa de uma pessoa sem o seu consentimento. É correto afirmar que uma das hipóteses é,

- A) por determinação judicial, a qualquer hora do dia ou da noite.
- B) durante o dia, quando acompanhada por Delegado de Polícia.
- C) por determinação do Promotor de Justiça, durante o dia.

- D) por determinação judicial, durante o dia.
- E) durante o dia, quando acompanhada pelo Promotor de Justiça.

5. Segundo a disciplina prevista no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 acerca da propriedade, assinale a alternativa correta.

- A) A propriedade é direito absoluto, não havendo a previsão da possibilidade de desapropriação.
- B) Não há a previsão de hipótese de utilização da propriedade particular pelo poder público.
- C) Não há a proteção da pequena propriedade rural, assim definida em lei e trabalhada pela família, com relação à penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- D) É garantido o direito de propriedade, estabelecendo a Constituição que ela atenderá a sua função social.
- E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não havendo previsão de indenização ao proprietário.

6. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a casa é o asilo inviolável do indivíduo, e ninguém nela poderá penetrar

- A) sem o consentimento do proprietário, salvo, entre outros casos, por determinação judicial, em qualquer período do dia ou da noite.
- B) sem o consentimento do morador, salvo, entre outros casos, na hipótese de flagrante delito.
- C) com ou sem o consentimento do morador, havendo sempre necessidade de autorização do proprietário.
- D) sem o consentimento do morador, salvo, entre outros casos, acompanhado do Delegado de Polícia.

- E) sem o consentimento do morador, salvo, entre outros casos, durante a noite com determinação judicial.

7. Com relação às associações, é correto afirmar que

- A) é plena a liberdade de associação para fins lícitos e ilícitos, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- B) a criação de associações independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- C) a criação de associação depende de autorização do poder público, sendo, no entanto, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- D) é plena a liberdade de associação de caráter paramilitar, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão da autoridade administrativa, após esgotada a possibilidade de recurso.

8. É correto afirmar que a Constituição da República Federativa do Brasil autoriza a penetrar na casa de uma pessoa, sem o consentimento do morador,

- A) por determinação judicial, somente durante o dia.
- B) em caso de flagrante delito, somente durante o dia.
- C) em caso de desastre, somente durante o dia.
- D) somente com a presença do juiz.
- E) para prestar socorro, somente durante o dia.

9. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição

ção Federal, assinale a alternativa correta.

- A) É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem da autoridade policial.
- B) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- C) Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento de obrigações tributárias.
- D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, vedando-se ao proprietário a indenização ulterior.
- E) A criação de associações e de cooperativas dependerá de autorização do Poder Público.

10. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, entre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, que

- A) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- B) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- C) as entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- D) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, condicionada a licença prévia.
- E) a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva será facultada e condicionada à disponibilidade orçamentária, independentemente de lei.

GABARITO

01. D	06. B
02. D	07. B
03. C	08. A
04. D	09. B
05. D	10. A

COMENTÁRIOS**1. GABARITO: D**

A assertiva correta fundamenta-se no art. 5º, XIV da CF.

XIV - é assegurado a todos o **acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte**, quando necessário ao exercício profissional;

2. GABARITO: D

A assertiva correta fundamenta-se no art. 5º, XXI da CF.

XXI - as entidades associativas, **quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente**;

3. GABARITO: C

A assertiva correta fundamenta-se no art. 5º, IX da CF.

IX - É **livre a expressão** da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, **independentemente de censura ou licença**.

4. GABARITO: D

A assertiva correta fundamenta-se no art. 5º, XI

da CF.

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, **durante o dia, por determinação judicial;**

5. GABARITO: D

A assertiva correta fundamenta-se no art. 5º, XXII e XXIII da CF.

XXII - é garantido o **direito de propriedade;**

XXIII - a **propriedade** atenderá a **sua função social;**

6. GABARITO: B

A assertiva correta fundamenta-se no art. 5º, XI da CF.

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar **sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;**

7. GABARITO: B

A assertiva correta fundamenta-se no art. 5º, XVIII da CF.

XVIII - a **criação de associações** e, na forma da lei, a de cooperativas **independem de autorização**, sendo **vedada a interferência estatal em seu funcionamento;**

8. GABARITO: A

A assertiva correta fundamenta-se no art. 5º, XI da CF.

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar **sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;**

9. GABARITO: B

A assertiva correta fundamenta-se no art. 5º, XIV da CF

XIV - é assegurado a todos o **acesso à informação** e resguardado o **sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;**

10. GABARITO: A

A assertiva correta fundamenta-se no art. 5º, XXV da CF

XXV - no caso de **iminente perigo público**, a autoridade competente **poderá usar de propriedade particular**, assegurada ao proprietário **indenização ulterior, se houver dano;**

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – XXX ao L)

QUESTÕES

1. Nos termos da Constituição Federal, não haverá pena _____, salvo em caso de guerra declarada. A expressão que completa corretamente o enunciado é:

- A) de caráter perpétuo
- B) de banimento
- C) de trabalhos forçados
- D) cruel
- E) de morte

2. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, independentemente da necessidade ao exercício profissional.
- B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, vedando-se ao proprietário a indenização ulterior.
- C) É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem da autoridade policial.
- D) A criação de associações e de cooperativas dependerá de autorização do Poder Público.
- E) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;.

3. Ao tutelar o direito à vida, a Constituição Federal

- A) autorizou a pena de morte para os crimes hediondos.
- B) autorizou a pena de morte em casos de guerra declarada.
- C) proibiu totalmente a pena de morte, sem exceções.
- D) autorizou a substituição da pena de morte pela pena de banimento.
- E) substituiu a pena de morte pela pena de caráter perpétuo, nos casos de guerra.

4. É correto afirmar, nos termos da Constituição Federal, que

- A) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados exclusivamente à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- B) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de mentir ou permanecer calado, sendo alertado de que tudo o que disser poderá ser utilizado contra ele no tribunal.
- C) haverá prisão civil por dívida na hipótese do responsável por indenização criminal, pelo inadimplemento involuntário de obrigação alimentícia e do depositário infiel.
- D) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir liberdade provisória, desde que a lei contenha a previsão de fiança.
- E) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

5. A Constituição da República Federativa do Brasil determina que

- A) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- B) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade de polícia judiciária.

C) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a anistia ou fiança.

D) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pelo Ministério Público.

E) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

6. Em relação aos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) É reconhecida a instituição do júri, assegurada a plena publicação das votações.

B) É plena a liberdade de associação para fins lícitos e de caráter paramilitar.

C) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

D) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessária à proteção de interesse coletivo.

E) É livre a manifestação do pensamento e facultado o anonimato.

7. Assinale a alternativa correta e nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.

A) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

B) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados apenas o contraditório

C) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

D) O civilmente identificado será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.

E) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

8. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, entre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, que

A) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cùjus".

B) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

C) as entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

D) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, condicionada a licença prévia.

E) a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva será facultada e condicionada à disponibilidade orçamentária, independentemente de lei.

9. Em relação aos direitos e garantias fundamentais determinados na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) É a todos assegurado o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, após o pagamento das devidas taxas.

B) Serão extraditados os cidadãos brasileiros e estrangeiros que cometem crime político ou de opinião.

- C) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, sendo dependente de licença a atividade científica e de comunicação.
- D) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, intransmissível aos herdeiros.
- E) a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;.

10. Em relação aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que

- A) a liberdade de consciência pode ser alegada para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
- B) a prática do racismo constitui crime infiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- C) é plena a liberdade de associações para quaisquer fins.
- D) é obrigatória a associação para que o indivíduo possa gozar dos direitos sociais.
- E) o Estado promoverá a defesa dos comerciantes, na forma da lei.

GABARITO

01. E	06. C
02. E	07. A
03. B	08. A
04. E	09. E
05. E	10. B

COMENTÁRIOS

1. Gabarito: E

2. O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, XLVII da CF.

XLVII - não haverá penas:

a) **de morte**, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

3. Gabarito: E

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, XXXII da CF.

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

4. Gabarito: B

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, XLVII da CF.

XLVII - não haverá penas:

a) **de morte**, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX

5. Gabarito: E

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, XLVIII da CF.

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

6. Gabarito: E

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, L da CF.

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus

filhos durante o período de amamentação;

7. Gabarito: C

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, **XXXVI** da CF.

XXXVI - a lei *não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;*

8. Gabarito: A

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, **XXXIII** da CF.

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, *ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;*

9. Gabarito: A

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, **XXXI** da CF.

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira *em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do “de cùjus”;*

10. Gabarito: E

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, **XLI** da CF.

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

11. Gabarito: B

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, **XLII** da CF.

XLII - a prática do racismo constitui crime *inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;*

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – LI ao LXVII)

QUESTÕES

1. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, independentemente da necessidade ao exercício profissional.
- B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, vedando-se ao proprietário a indenização ulterior.
- C) É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem da autoridade policial.
- D) A criação de associações e de cooperativas dependerá de autorização do Poder Público.
- E) não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.

2. É correto afirmar, nos termos da Constituição Federal, que

- A) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados exclusivamente à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- B) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de mentir ou permanecer calado, sendo alertado de que tudo o que disser poderá ser utilizado contra ele no tribunal.
- C) haverá prisão civil por dívida na hipótese do responsável por indenização criminal, pelo inadimplemento involuntário de obrigação alimentícia e do depositário infiel.

D) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir liberdade provisória, desde que a lei contenha a previsão de fiança.

E) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

3. A Constituição da República Federativa do Brasil determina que

- A) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- B) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade de polícia judiciária.
- C) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a anistia ou fiança.
- D) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pelo Ministério Público.
- E) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória e indulto.

4. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando

- A) a parte interessada requerer
- B) o Ministério Público ajuizar ação específica, requerendo a restrição.
- C) o Delegado de Polícia representar pela restrição.
- D) a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- E) o juiz determinar.

5. Assinale a alternativa correta e nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.

- A) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- B) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados apenas o contraditório
- C) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- D) O civilmente identificado será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- E) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

6. Sobre a extradição, responda:

- A) não será concedida extradição de estrangeiro por crime eleitoral ou de opinião;
- B) nenhum brasileiro será extraditado em hipótese alguma;
- C) o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de crime comum praticado após a naturalização;
- D) o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de consumo de entorpecentes e drogas afins antes da naturalização;
- E) o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei, a qualquer tempo;

7. Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, exceto a indenização por dano material ou à imagem.
- B) É vedada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

- C) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- D) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- E) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo facultativa a de caráter paramilitar.

8. Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- A) O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, salvo censura ou necessidade de prévia licença.
- C) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.
- D) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, não podendo a lei estabelecer restrições quanto às qualificações profissionais.
- E) É plena a liberdade de associação, independente mente de sua finalidade e ainda que de caráter paramilitar.

9. Assinale a alternativa que contempla corretamente um direito garantido expressamente pela Constituição Federal.

- A) Inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações telefônicas, salvo, no primeiro caso, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- B) Inviolabilidade do domicílio, impedindo que alguém nele possa entrar sem consentimento do morador, salvo para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação

judicial.

C) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

D) Direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida prévia autorização do poder público e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

E) Manifestação livre do pensamento, com respectiva garantia do anonimato.

10. A Constituição Federal Brasileira

A) veda a proteção legal aos locais de cultos religiosos.

B) impede que haja prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

C) não contempla em seu texto a possibilidade de certos crimes serem tidos como infiançáveis.

D) não permite a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

E) veda a imposição legal da pena de interdição de direitos.

GABARITO

01. E	06. E
02. E	07. C
03. E	08. C
04. D	09. C
05. D	10. D

1. Gabarito: E

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, LXVII da CF.

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.

2. Gabarito: E

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, LXIV da CF.

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

3. Gabarito: E

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, LXVI da CF.

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

4. Gabarito: D

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, LX da CF.

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem

5. Gabarito: D

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, LVII da CF.

LVII - Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

6. Gabarito: E

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, **L I e L II** da CF.

L I - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

L II - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

7. Gabarito: C

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, **L VI** da CF

L VI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

8. Gabarito: C

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, **L VIII** da CF

L VIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

9. Gabarito: C

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, **L XIV** da CF

L XIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

10. Gabarito: D

O fundamento da presente questão se encontra no art. 5º, **L III** da CF

L III - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Dos Direitos E Deveres Individuais E Coletivos – LXVIII a LXXVIII)

QUESTÕES

1. Dentre os remédios constitucionais, está inscrito o direito de petição. Conforme prescreve a Constituição Federal, trata-se de um direito

- a) que só pode ser validamente exercido no âmbito do Poder Judiciário.
- b) assegurado apenas aos cidadãos nacionais.
- c) exercitável por qualquer pessoa, mediante o pagamento de taxas.
- d) extensivo aos estrangeiros que residam no País há, pelo menos, dez anos.
- e) assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas.

2. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, conceder-se-á

- a) Habeas data.
- b) Mandado de injunção.
- c) Habeas corpus preventivo.
- d) Mandado de retificação.
- e) Mandado de segurança.

3. José, funcionário público municipal, vem sofrendo ameaças de violência e coação ao seu direito de liberdade e locomoção, por parte de seu chefe imediato, que está agindo com abuso de poder, de forma totalmente ile-

gal. No caso, e tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, José poderá impetrar

- a) habeas data.
- b) recurso para a sua transferência.
- c) mandado de segurança.
- d) habeas corpus.
- e) representação junto ao Prefeito.

4. Caio ingressou com requerimento perante a Secretaria de Saúde da Prefeitura, pleiteando o fornecimento de determinado medicamento, e teve seu pedido indeferido. Entendendo que a decisão foi ilegal e que teve direito líquido e certo seu violado, pretende ingressar com medida perante o Poder Judiciário. Consultado seu Advogado, foi corretamente orientado a ingressar com a ação prevista no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, denominada

- a) Mandado de Injunção.
- b) Habeas Corpus.
- c) Mandado de Segurança.
- d) Ação Civil Pública.
- e) Habeas Data.

5. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) constitui direito fundamental da República Federativa do Brasil concretizar a dignidade da pessoa humana.
- b) são gratuitas as ações de mandado de segurança, habeas corpus e habeas data.
- c) a Constituição Federal assegura o direito de propriedade, mas não o direito de herança, o qual possui apenas previsão infraconstitucional.

d) o direito social à moradia está previsto na Constituição Federal de 1988 desde a sua redação originária.

e) o mandado de segurança é ação judicial de natureza residual, na medida em que se volta a proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data.

6. A ação constitucional que visa a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, denomina-se

- a) habeas corpus.
- b) habeas data
- c) mandado de injunção.
- d) ação popular.
- e) ação civil pública.

7. A Constituição da República Federativa do Brasil determina que são gratuitas para os reconhecidamente pobres:

- a) habeas data, apenas se comprovada situação de pobreza.
- b) o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
- c) A certidão de casamento, desde que comprovada situação de vulnerabilidade.
- d) mandado de segurança.
- e) habeas corpus, desde que comprovada a ilegalidade da prisão.

8. Em relação à Ação Popular, é correto afirmar que

- a) haverá pagamento de custas pelo autor

no caso de nova ação.

b) serão devidas as custas, desde que comprovada a má-fé do autor.

c) a improcedência por carência de provas evidencia a má-fé do autor da ação popular.

d) a improcedência torna devidos os honorários de sucumbência.

e) serão devidas as custas judiciais e ônus de sucumbência.

9. De acordo com texto expresso na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), é correto afirmar que

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata.
- b) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- c) O Brasil se submete à jurisdição do Tribunal de Haia.
- d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- e) o Estado indenizará o condenado por erro grosseiro, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença, desde que comprovado o dolo ou culpa.

10. Considere a seguinte situação hipotética: Cidadão de Barueri pleiteia licença para realizar reforma e construção em imóvel de que é proprietário, mas a Municipalidade rejeita seu pleito. Entendendo o Cidadão que preenche todos os requisitos que o habilitam a reformar e construir em sua propriedade,

apresenta recurso do indeferimento. Passam-se mais de 120 (cento e vinte) dias e não há resposta ao recurso. Neste caso, diante da omissão da Municipalidade, o Cidadão pode demandar a análise do caso pelo Poder Judiciário, por meio de

- a) ação popular.
- b) mandado de injunção.
- c) mandado de segurança.
- d) habeas corpus.
- e) habeas data.

GABARITO

01. E	06. D
02. A	07. B
03. D	08. B
04. C	09. D
05. E	10. C

COMENTÁRIOS

1. GABARITO: E

O gabarito dessa questão se fundamenta no Art. 5º, XXXIV da CF.

XXXIV - são a todos assegurados, **independentemente do pagamento de taxas**:

- a) o **direito de petição** aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de **certidões** em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

2. GABARITO: A

O gabarito dessa questão se fundamenta no Art. 5º, LXXII, B da CF.

LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

3. GABARITO: D

O gabarito dessa questão se fundamenta no Art. 5º, LXVIII, B da CF.

LXVIII - conceder-se-á **habeas corpus** sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

4. GABARITO: C

O gabarito dessa questão se fundamenta no Art. 5º, LXIX da CF.

LXIX - conceder-se-á **mandado de segurança** para **proteger direito líquido e certo, não amparado** por “**habeas-corpus**” ou «**habeas-data**», quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

5. GABARITO: E

O gabarito dessa questão se fundamenta no Art. 5º, LXIX da CF.

LXIX - conceder-se-á **mandado de segurança** para **proteger direito líquido e certo, não amparado** por “*habeas-corpus*” ou «*habeas-data*», quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

6. GABARITO: D

O gabarito dessa questão se fundamenta no Art. 5º, LXXIII da CF.

LXXIII: qualquer cidadão é parte legítima para propor **AÇÃO POPULAR** que vise a anular **ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural**, ficando o autor, **salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência**;

7. GABARITO: B

O gabarito dessa questão se fundamenta no Art. 5º, LXXVI da CF.

LXXVI - são gratuitos para os **reconhecidamente pobres**, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;
- b) a certidão de óbito;

8. GABARITO: B

O gabarito dessa questão se fundamenta no Art. 5º, LXXIII da CF.

LXXIII: qualquer cidadão é parte legítima para propor **AÇÃO POPULAR** que vise a anular **ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade ad-**

ministrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, **salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência**;

- **Habeas Corpus: direito de locomoção. (GRATUITO)**

- **Habeas Data: direito de informação pessoal. (GRATUITO)**

- **Mandado de segurança: direito líquido e certo. (PAGO)**

- **Mandado de injunção: omissão legislativa. (PAGO)**

- **Ação Popular: ato lesivo. (GRATUITO, salvo má fé)**

BIZU

- O que tem H é gratuito
- O que tem M não é gratuito.
- O que tem A é gratuito, **salvo má-fé**.

9. GABARITO: D

O gabarito dessa questão se fundamenta no Art. 5º, § 3º, B da CF.

§ 3º - Os **tratados** e convenções internacionais sobre **direitos humanos** que forem **aprovados, em cada Casa** do Congresso Nacional, **em dois turnos**, por **três quintos dos votos** dos respectivos membros, serão **equivalentes às emendas constitucionais**.

10. GABARITO: C

O gabarito dessa questão se fundamenta no Art. 5º, LXIX da CF.

LXIX - conceder-se-á **mandado de segurança** para **proteger direito líquido e certo, não amparado** por “*habeas-corpus*” ou «*habeas-data*», quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Dos Direitos Sociais – Arts. 6º ao 11)

QUESTÕES

1. Considerando que Maurício é empregado sindicalizado da Empresa ABC e foi eleito como suplente para o cargo de representação sindical. De acordo com o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Maurício:

- A) apenas pôde se candidatar, pois já estava sindicalizado há pelo menos cinco anos.
- B) somente teria estabilidade caso tivesse sido eleito para o cargo de direção do sindicato.
- C) não pode ser dispensado até dois anos após o final do mandato.
- D) possui estabilidade no cargo, adquirida no momento em que foi eleito.
- E) não pode ser dispensado até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.

2. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

- A) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado, incluindo a indenização quando este incorrer em dolo ou culpa.
- B) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- C) o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, independentemente de lei.
- D) a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, obrigatoriamente, participação na gestão da empresa.
- E) a proibição de qualquer discriminação

no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador, exceto àqueles portadores de deficiência.

3. A Constituição da República Federativa do Brasil assegura que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

A) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.

B) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais, excetuadas as questões administrativas.

C) ninguém será obrigado a filiar-se, mas deve manter-se no sindicato se filiado; é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta leve nos termos da lei.

E) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

4. É um dos direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais:

A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária com ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória.

B) participação nos lucros, ou resultados, vinculada à última remuneração do trabalhador.

C) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

D) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

E) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias.

5. Considere a seguinte situação hipotética:

Atena, 22 anos de idade, é auxiliar de limpeza, empregada de uma empresa privada, mas presta serviço, no horário noturno, em uma repartição pública municipal, recebendo remuneração maior do que Narciso, 17 anos de idade, que também exerce as mesmas funções na referida empresa, mas que presta serviços em um supermercado no horário diurno. Pelo serviço extraordinário por eles prestado, ambos recebem remuneração superior em quarenta por cento à do normal. Narciso pretende ser transferido para o período noturno para receber a mesma remuneração de Atena. E esta pretende equiparação de salário com outro funcionário, servidor público, que exerce função semelhante no mesmo órgão em que ela presta serviços. Segundo as disposições constitucionais acerca dos direitos sociais dos trabalhadores, é correto afirmar que:

A) Atena está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário e tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso não tem direito a obter transferência para o período noturno e está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.

B) Atena não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário, não tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso não tem direito a obter transferência

para o período noturno e também não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.

C) Atena está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário, e não tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso tem direito a obter transferência para o período noturno e está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.

D) Atena não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário e não tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso tem direito a obter transferência para o período noturno e não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.

E) Atena e Narciso recebem a remuneração correta pelo serviço extraordinário, sendo que Narciso tem direito à transferência para o horário noturno e Atena tem direito à equiparação salarial pretendida.

6. Com relação aos trabalhadores urbanos e rurais, a Constituição Federal estabelece que é um dos seus direitos:

A) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

B) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador, independentemente da renda.

C) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, vedada a compensação de horários e a redução da jornada.

D) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

7. De acordo com o artigo 7º da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou com justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

B) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

C) salário-mínimo, fixado em lei complementar, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

D) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

E) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

8. A Constituição Federal do Brasil prevê:

A) proibição de trabalho noturno a menores de 18 (dezoito) anos.

B) seguro contra acidentes do trabalho a cargo do empregado.

C) apenas a educação e a saúde, como direitos sociais.

D) distinção entre os direitos dos trabalhadores urbanos daqueles assegurados aos trabalhadores rurais.

E) duração do trabalho normal não superior a quarenta horas semanais.

9. Nos termos do artigo 6º da Constituição Federal, é/são direito(s) social(is):

A) a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos de-

samparados.

- B) a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.
- C) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- D) a aquisição da nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa.
- E) o alistamento dos estrangeiros como eleitores e, durante o período do serviço militar obrigatório, dos conscritos.

10. A respeito dos direitos sociais, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- A) Fica facultada a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- B) É direito dos trabalhadores jornada de 8 (oito) horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- C) O aposentado filiado tem direito a votar, mas não é elegível para cargos de direção nas organizações sindicais.
- D) É direito dos trabalhadores urbanos aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, que será de, no mínimo, 20 (vinte) dias.
- E) São direitos sociais, dentre outros, a alimentação, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

GABARITO

01. E	06. A
02. B	07. D
03. E	08. A
04. C	09. A
05. B	10. E

COMENTÁRIOS

1. Gabarito: E

Segundo o Art. 8º, VIII, CF - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do **registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.**

2. Gabarito: B

O fundamento dessa questão é o art. 7º, XXV, CF - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

3. Gabarito: E

O fundamento dessa questão é o Art. 8º, I, CF - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

4. Gabarito: C

O fundamento dessa questão é o Art. 7º, XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; **Um BIZU pra essa assertiva é “Creches - Cinco anos”**

5. Gabarito: B

Aqui é preciso se atentar em 3 pontos:

I) A remuneração pelo serviço extraordinário é igual a **NO MÍNIMO, em CINQUENTA POR CENTO à do normal, conforme preceitua o Art. 7º, XVI, CF;**

- E, ainda, há que se ter **CUIDADO para não confundir com outro dispositivo:**

Art. 7º, IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

II) menor de 18 não pode trabalhar no P.I.N (Perigoso, Insalubre e Noturno), com base no art. 7º, XXXIII, CF;

III) O Art. 37º, XIII, CF dispõe que: é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

9. Gabarito: A

Base legal, Art. 6º, CF: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

10. Gabarito: E

Com base no ART 6º, CF: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

6. Gabarito: A

O fundamento dessa questão é o Art. 7º, **XVI, CF** - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

7. Gabarito: D

O fundamento dessa questão é o Art. 7º, XXVIII, CF - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

8. Gabarito: A

O fundamento dessa questão é o art 7º, XXXIII, CF - proibição do trabalho **P.I.N (Perigoso, Insalubre e Noturno),** a **menores de dezoito** anos e de **qualquer trabalho** para os menores de dezesseis anos, **salvo** na condição de **aprendiz**, a partir dos **quatorze** anos;

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Dos Direitos Sociais – Arts. 6º ao 11)

QUESTÕES

1. Considere que Maurício é empregado sindicalizado da Empresa ABC e foi eleito como suplente para o cargo de representação sindical. De acordo com o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Maurício:

- A) apenas pôde se candidatar, pois já estava sindicalizado há pelo menos cinco anos.
- B) somente teria estabilidade caso tivesse sido eleito para o cargo de direção do sindicato.
- C) não pode ser dispensado até dois anos após o final do mandato.
- D) possui estabilidade no cargo, adquirida no momento em que foi eleito.
- E) não pode ser dispensado até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.

2. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

- A) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado, incluindo a indenização quando este incorrer em dolo ou culpa.
- B) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- C) o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, independentemente de lei.
- D) a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, obrigatoriamente, participação na gestão da empresa.
- E) a proibição de qualquer discriminação

no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador, exceto àqueles portadores de deficiência.

3. A Constituição da República Federativa do Brasil assegura que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- A) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.
- B) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais, excetuadas as questões administrativas.
- C) ninguém será obrigado a filiar-se, mas deve manter-se no sindicato se filiado; é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta leve nos termos da lei.
- E) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

4. É um dos direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais:

- A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária com ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória.

- B) participação nos lucros, ou resultados, vinculada à última remuneração do trabalhador.
- C) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- D) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- E) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias.

5. Considere a seguinte situação hipotética: Atena, 22 anos de idade, é auxiliar de limpeza, empregada de uma empresa privada, mas presta serviço, no horário noturno, em uma repartição pública municipal, recebendo remuneração maior do que Narciso, 17 anos de idade, que também exerce as mesmas funções na referida empresa, mas que presta serviços em um supermercado no horário diurno. Pelo serviço extraordinário por eles prestado, ambos recebem remuneração superior em quarenta por cento à do normal. Narciso pretende ser transferido para o período noturno para receber a mesma remuneração de Atena. E esta pretende equiparação de salário com outro funcionário, servidor público, que exerce função semelhante no mesmo órgão em que ela presta serviços. Segundo as disposições constitucionais acerca dos direitos sociais dos trabalhadores, é correto afirmar que:

- A) Atena está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário e tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso não tem direito a obter transferência para o período noturno e está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.
- B) Atena não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário, não tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso não tem direito a obter transferên-

cia para o período noturno e também não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.

C) Atena está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário, e não tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso tem direito a obter transferência para o período noturno e está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.

D) Atena não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário e não tem direito à equiparação salarial pretendida, e Narciso tem direito a obter transferência para o período noturno e não está recebendo a remuneração correta pelo serviço extraordinário.

E) Atena e Narciso recebem a remuneração correta pelo serviço extraordinário, sendo que Narciso tem direito à transferência para o horário noturno e Atena tem direito à equiparação salarial pretendida.

6. Com relação aos trabalhadores urbanos e rurais, a Constituição Federal estabelece que é um dos seus direitos:

- A) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- B) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador, independentemente da renda.
- C) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, vedada a compensação de horários e a redução da jornada.
- D) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

7. De acordo com o artigo 7º da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou com justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- B) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- C) salário-mínimo, fixado em lei complementar, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
- D) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- E) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

8. A Constituição Federal do Brasil prevê:

- A) proibição de trabalho noturno a menores de 18 (dezoito) anos.
- B) seguro contra acidentes do trabalho a cargo do empregado.
- C) apenas a educação e a saúde, como direitos sociais.
- D) distinção entre os direitos dos trabalhadores urbanos daqueles assegurados aos trabalhadores rurais.
- E) duração do trabalho normal não superior a quarenta horas semanais.

9. Nos termos do artigo 6º da Constituição Federal, é/são direito(s) social(is):

- A) a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos de-

samparados.

- B) a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.
- C) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- D) a aquisição da nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa.
- E) o alistamento dos estrangeiros como eleitores e, durante o período do serviço militar obrigatório, dos conscritos.

10. A respeito dos direitos sociais, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- A) Fica facultada a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- B) É direito dos trabalhadores jornada de 8 (oito) horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- C) O aposentado filiado tem direito a votar, mas não é elegível para cargos de direção nas organizações sindicais.
- D) É direito dos trabalhadores urbanos aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, que será de, no mínimo, 20 (vinte) dias.
- E) São direitos sociais, dentre outros, a alimentação, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

GABARITO

01. E	06. A
02. B	07. D
03. E	08. A
04. C	09. A
05. B	10. E

COMENTÁRIOS

1. Gabarito: E

Segundo o Art. 8º, VIII, CF - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do **registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.**

2. Gabarito: B

O fundamento dessa questão é o art. 7º, XXV, CF - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5(cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

3. Gabarito: E

O fundamento dessa questão é o Art. 8º, I, CF - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

4. Gabarito: C

O fundamento dessa questão é o Art. 7º, XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5(cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; **Um BIZU pra essa assertiva é "Creches - Cinco anos"**

5. Gabarito: B

Aqui é preciso se atentar em 3 pontos:

I) A remuneração pelo serviço extraordinário é igual a **NO MÍNIMO, em CINQUENTA POR CENTO à do normal, conforme preceitua o Art. 7º, XVI, CF;**

- E, ainda, há que se ter **CUIDADO para não confundir com outro dispositivo:**

Art. 7º, IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

II) menor de 18 não pode trabalhar no P.I.N (Perigoso, Insalubre e Noturno), com base no art. 7º, XXXIII, CF;

III) O Art. 37º, XIII, CF dispõe que: é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

6. Gabarito: A

O fundamento dessa questão é o Art. 7º, **XVI, CF** - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

7. Gabarito: D

O fundamento dessa questão é o Art. 7º, XXVIII, CF - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

8. Gabarito: A

O fundamento dessa questão é o art 7º, XXXIII, CF - proibição do trabalho **P.I.N (Perigoso, Insalubre e Noturno)**, a **menores de dezoito** anos e de **qualquer trabalho** para os menores de dezesseis anos, **salvo** na condição de **aprendiz**, a

partir dos **quatorze** anos;

9. Gabarito: A

Base legal, Art. 6º, CF: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

10. Gabarito: E

Com base no ART 6º, CF: São direitos sociais **a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados**, na forma desta Constituição.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Da Nacionalidade – Arts. 12 e 13)

QUESTÕES

1. **Suponha que Josh e Mary, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Mary deu à luz prematuramente ao seu filho Brad. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Brad**

- A) é brasileiro naturalizado e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- B) no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- C) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- D) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- E) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

2. **É um cargo público privativo de brasileiro nato:**

- A) de Procurador Geral da República.
- B) de Ministro do Tribunal de Contas da União.
- C) de Presidente da Câmara dos Deputados.
- D) de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- E) de Senador da República.

3. Considerando as hipóteses possíveis de naturalização brasileira, assinale a alternativa que descreve uma situação de naturalização compatível com a Constituição Federal.

- A) Cidadão originário de país de língua portuguesa, idôneo moralmente, residente há um ano ininterrupto no Brasil, e, que, na forma da lei, adquirir a nacionalidade brasileira.
- B) O nascido no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- C) O nascido na República Federativa do Brasil, com pais estrangeiros que não estejam a serviço de seu país.
- D) O nascido no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, registrado em repartição brasileira ou que venha a residir no Brasil e opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- E) O estrangeiro de qualquer nacionalidade, residente na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal.

4. A Constituição Federal, ao tratar da "Nacionalidade", dispõe que:

- A) a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição.
- B) são privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente da República e todos os de Ministro de Estado.
- C) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de imigração.
- D) são brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininter-

rupto e idoneidade moral.

- E) são brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

5. São brasileiros natos:

- A) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- B) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que esses estejam a serviço de seu país.
- C) os que, na forma da lei, adquiriram a nacionalidade brasileira exigidos aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- D) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram à nacionalidade brasileira.

6. Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça,
- B) Oficial das Forças Armadas.
- C) Senador da República,
- D) Juiz de Direito.

7. Com relação à nacionalidade, é correto afirmar que, para a Constituição brasileira de 1988,

- A) os estrangeiros originários de países de língua portuguesa que queiram naturalizar-se

brasileiros deverão cumprir os requisitos de residência por um ano ininterrupto e de idoneidade moral.

B) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há pelo menos 10 anos, sem condenação criminal, poderão ser naturalizados mediante requerimento de sua parte.

C) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver a sua naturalização cancelada, por sentença judicial, em virtude de condenação criminal por crimes comuns.

D) é permitida a distinção entre brasileiros natos e naturalizados desde que mediante lei complementar.

E) é permitida, em regra, a extradição do brasileiro nato por crime comum praticado no exterior, desde que exista cláusula de reciprocidade com o país em que a infração se consumou.

8. Suponha que Joana é brasileira naturalizada e que, após a naturalização, ela praticou dois crimes de homicídio que resultaram na morte de Leonardo e Sandra, ambos brasileiros. De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que Joana:

A) não será extraditada e não será levada à prisão ou nela mantida, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

B) apenas poderia ser extraditada por decisão do Supremo Tribunal Federal se cometesse crime político ou de opinião contra o interesse nacional.

C) terá concedida sua extradição, e serão admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, tendo em vista a gravidade dos crimes cometidos.

D) não será extraditada, mas, caso seja presa, ela não terá direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.

E) será extraditada após o devido processo

legal e poderá sofrer pena de banimento.

9. Philippe e sua esposa Sophie são franceses. Quando Sophie completou sete meses de gestação, eles decidiram passar férias no Brasil, mas uma intercorrência provocou a aceleração do parto, e Marie, primeira filha do casal, nasceu prematuramente no Hospital Municipal de Valinhos. Jéssica nasceu na Islândia, é filha de João, brasileiro, e Leona, finlandesa. Jéssica veio residir no Brasil e optou, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que:

A) Marie e Jéssica são ambas brasileiras naturalizadas.

B) Marie é brasileira nata, e Jéssica é brasileira naturalizada.

C) Marie e Jéssica somente serão consideradas brasileiras naturalizadas após residirem pelo menos quinze anos ininterruptos no Brasil.

D) Marie e Jéssica são brasileiras natas.

E) Marie é brasileira nata, e Jéssica poderá ser considerada brasileira naturalizada apenas após comprovar residência por um ano ininterrupto no Brasil e sua idoneidade moral.

10. Dolores, espanhola de nascimento, reside no Brasil desde 1999, ininterruptamente. Em razão do tempo de residência e caso decida optar pela nacionalidade brasileira em 2018, ela

A) não poderá mais se naturalizar brasileira.

B) não poderá retornar à Espanha sem o devido visto no passaporte.

C) deverá esperar completar trinta anos de residência ininterrupta, para requerer a nacionalidade brasileira.

D) será naturalizada brasileira se assim o requerer, sem restrições previstas em lei.

E) será brasileira naturalizada se o requerer, desde que não tenha sofrido condenação penal nesse período.

GABARITO

01. B	06. B
02. C	07. A
03. A	08. A
04. A	09. D
05. A	10. E

COMENTÁRIOS

1. GABARITO: B

A presente questão se fundamenta nos artigos 12, I e 12, § 3º, I da CF:

. Art. 12, I - os nascidos na República Federativa do Brasil, **ainda que de pais estrangeiros, desde que** estes **não** estejam a serviço de seu país;

. Art. 12, § 3º, I - de **Presidente** e Vice-Presidente da República;

2. GABARITO: C

A presente questão se fundamenta no Art. 12, § 3º, II da CF

. Art. 12, § 3º, II - de **Presidente** da **Câmara dos Deputados**;

3. GABARITO: A

A presente questão se fundamenta no Art. 12,

II - naturalizados: a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

4. GABARITO: A

A presente questão se fundamenta no Art. 12, § 2º - A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

5. GABARITO: A

A presente questão se fundamenta no Art. 12, I, c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

6. GABARITO: B

A presente questão se fundamenta no **Art. 12, § 3º, VI - de oficial das Forças Armadas**.

7. GABARITO: A

A presente questão se fundamenta no Art. 12 II, II - naturalizados: a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

8. GABARITO: A

A presente questão se fundamenta no Art. 5º, LI, CF - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado **antes** da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

9. GABARITO: D

Para uma melhor compreensão, vamos analisar os fundamentos sobre os casos de Sophie e Jéssica separadamente:

SOPHIE:

Art. 12. São brasileiros: I - **natos**: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, **ainda que** de **país estrangeiros**, **desde que** estes **não** estejam a **serviço** de seu país;

JESSICA

Art. 12. São brasileiros: I - **natos**: c) os nascidos no estrangeiro de **pai brasileiro** ou de **mãe brasileira**, **desde que** sejam **registrados** em repartição brasileira competente **ou** venham a **residir** na República Federativa do Brasil **e op-tem**, em **qualquer tempo**, **depois** de atingida a **maioridade**, pela nacionalidade brasileira

10. GABARITO: E

A presente questão se fundamenta no Art. 12, II - **naturalizados**:

a) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, **residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal**, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Dos Direitos Políticos)

QUESTÕES

1. Alice, de 35 anos de idade, cujo país de origem é a França, reside no Brasil há quinze anos, ininterruptos, e, sem condenação penal, já obteve a nacionalidade brasileira. De acordo com a Constituição Federal, quanto à possibilidade de Alice pleitear determinado mandato político, mediante eleição popular, assinale a alternativa correta.

- A) Alice é elegível para todos os cargos do Poder Executivo da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- B) Uma vez sucessora do Prefeito no curso do mandato, Alice poderá ser eleita Prefeita do Município para o período subsequente, com direito a reeleição.
- C) Alice é inelegível para cargo político, pois, apesar de naturalizada, reside no Brasil há menos de 20 anos.
- D) Considerando sua condição de brasileira naturalizada, Alice é inelegível para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- E) Uma vez eleita Deputada, Alice poderá chegar à Presidência da Câmara dos Deputados e à Presidência do Senado Federal.

2. João, 23 anos de idade, é Prefeito Municipal, e Ana, 31 anos de idade, é Vereadora. Ambos pretendem candidatar-se a cargos públicos nas próximas eleições, sendo que João pensa em eleger-se para o cargo de Governador e Ana à Deputada Federal. Segundo as normas constitucionais que tratam dos direitos políticos, nessa situação hipotética, é correto afirmar que

- A) João, para concorrer nas eleições, tem que renunciar ao seu cargo seis meses antes do pleito, mas em razão de sua idade não pode ser eleito para o cargo de Governador, enquanto Ana, que também precisa renunciar ao seu mandato, poderá candidatar-se à Deputada Federal, uma vez que tem a idade mínima exigida.
- B) João precisa renunciar ao seu cargo, até seis meses antes do pleito, para concorrer nas próximas eleições, mas não tem a idade mínima exigida para o cargo de Governador, enquanto Ana não precisa renunciar ao cargo para concorrer à Deputada Federal e possui a idade mínima exigida para o mandato eletivo.
- C) João não precisa renunciar o seu cargo, para concorrer nas próximas eleições, e tem a idade mínima exigida para o cargo de Governador, enquanto Ana precisa renunciar ao cargo para concorrer ao mandato de Deputada Federal, mas não tem a idade mínima exigida para o mandato eletivo.
- D) João não precisa renunciar o seu cargo, para concorrer nas próximas eleições, e tem a idade mínima exigida para o cargo de Governador, enquanto Ana não precisa renunciar ao cargo para concorrer ao mandato de Deputada Federal, e tem a idade mínima exigida para o mandato eletivo.
- E) João, para concorrer nas eleições, tem que renunciar ao seu cargo até um ano antes do pleito, mas em razão de sua idade não pode ser eleito para o cargo de Governador, enquanto Ana, que não precisa renunciar ao seu mandato, poderá candidatar-se à Deputada Federal, uma vez que tem a idade mínima exigida.

3. Considere que Maria tem 18 (dezoito) anos, completou o ensino médio, é filha de pais brasileiros e nasceu em Boituva (SP); José tem 21 (vinte e um) anos, é analfabeto e brasileiro nato; e John tem 35 (trinta e cinco) anos, ensino superior completo, nasceu em São Paulo (SP), filho de Anne e Philipp, ingleses que estavam no Brasil a serviço de seu país. Com base nos casos hipotéticos e no

disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A) José é elegível e possui a idade mínima exigida para os cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito e Vice-Prefeito.
- B) Maria é brasileira naturalizada e não possui a idade mínima exigida para os cargos de Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito.
- C) John possui a idade mínima exigida para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, mas não é considerado brasileiro nato, não podendo ocupar tais cargos.
- D) Maria e José possuem a idade mínima exigida para os cargos de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- E) John poderá ocupar cargos da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas, e José possui a idade mínima exigida para o cargo de Senador da República.

4. A Constituição Federal, ao tratar dos Direitos Políticos, determina casos de inelegibilidade, os quais, entre outros, podem ser estabelecidos por meio de:

- A) lei delegada, para determinar os casos e prazos de renúncia, antes de cada pleito, para candidatos à reeleição.
- B) lei ordinária, para legitimar as eleições contra a influência do poder econômico e o abuso do exercício do cargo.
- C) decreto federal, para regulamentar eibir o abuso do poder econômico, a corrupção e a fraude.
- D) lei complementar, a fim de proteger a probidade administrativa e a moralidade para o exercício do mandato.
- E) decreto legislativo, para impedir candidatos com vida pregressa sobre abuso de poder e improbidade administrativa.

5. Pedro Palermo, brasileiro nato, pretende exercer sua capacidade eleitoral passiva. Ao investigar sobre as condições de elegibilidade descobre que, além do pleno exercício dos direitos políticos, do alistamento eleitoral, do domicílio eleitoral na circunscrição e da filiação partidária, necessita ter completado a idade mínima de

- A) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República, Senador e Deputado.
- B) vinte e oito anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- C) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito e Vice-Prefeito.
- D) vinte e um anos para Vereador.
- E) vinte e um anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.

6. Em relação aos direitos políticos, constitucionalmente previstos, assinale a alternativa correta.

- A) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- B) São inelegíveis os parentes consanguíneos ou afins, até o quarto grau, do Presidente da República ou de quem os haja substituído dentro dos doze meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- C) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros domiciliados no Brasil e os militares, desde que não conscritos.
- D) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, mas não será aplicada à eleição que ocorrer até um ano da data de sua vigência.
- E) A filiação partidária não constitui uma das condições de elegibilidade.

7. A respeito dos direitos políticos, a Carta Magna dispõe que:

- A) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- B) não podem se alistar como eleitores os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- C) é uma condição de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República, Senador e Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- D) para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Deputados e os Senadores devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- E) a condenação por improbidade administrativa e a condenação criminal transitada em julgado são duas das hipóteses de cassação de direitos políticos previstas no texto constitucional.

8. Suponha que Pitolomeu da Silva, atualmente com 32 anos de idade, de nacionalidade originária francesa, tenha vindo morar no Brasil e, após cumprir os requisitos previstos pela Constituição Federal, tenha logrado êxito em sua naturalização. Nessa hipótese, caso Pitolomeu decida se candidatar ao cargo de Senador do Estado X, é correto afirmar que ele

- A) não poderá assumir o cargo, já que o cargo de Senador é privativo para brasileiros natos.
- B) não poderá assumir o cargo, pois ainda que a Constituição permita a assunção por brasileiros naturalizados, ele não possui a idade mínima de 35 anos exigida pela Constituição.
- C) não poderá assumir o cargo, já que a idade mínima prevista pela Constituição é de 40

anos de idade.

D) poderá assumir o cargo, pois a idade mínima exigida é de 30 anos e a Constituição não veda tal acesso a brasileiros naturalizados.

E) poderá assumir o cargo, pois a idade mínima exigida é de 21 anos e a Constituição não veda tal acesso a brasileiros naturalizados

9. Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos políticos previstos no texto constitucional.

A) A ação de impugnação de mandato transmitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

B) A idade mínima para se candidatar ao cargo de Vereador e de juiz de paz é de vinte e um anos.

C) O militar, embora alistável, é inelegível se contar com mais de dez anos de efetivo serviço.

D) Para concorrerem a outros cargos, os Vereadores, Deputados e Senadores devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

E) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da homologação da eleição.

10. Segundo a Constituição Federal, a cassação dos direitos políticos:

A) é vedada.

B) somente pode ser decretada pelo Poder Judiciário.

C) pode ocorrer por ordem da Justiça Eleitoral em casos específicos.

D) decorre da condenação criminal, transitada em julgado.

E) é uma pena a ser imposta ao condenado

por improbidade administrativa.

GABARITO

01. D	06. D
02. B	07. A
03. C	08. B
04. D	09. A
05. C	10. A

COMENTÁRIOS

1. GABARITO: D

Considerando sua condição de brasileira naturalizada, **Alice é inelegível para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil**, nos termos do Art. 13, § 3º, I da CF: **São privativos de brasileiro nato os cargos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República;**

2. GABARITO: B

A fundamentação desta questão está no Art. 14, § 6º - Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

3. GABARITO: C

Jhon possui a idade mínima para assumir tais cargos, consoante art. 14, § 3º, V, "a", CF, no entanto como nasceu de pais estrangeiros que estavam a serviço do seu país no Brasil, conforme art. 12, I, parte final, será considerado

brasileiro **naturalizado**, se tiver requerido sua naturalização, nos termos do art. 12, II, "b", CF.

4. GABARITO: D

Nos termos do Art. 14, § 9º, CF: **Lei complementar** estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a **fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato** considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

GABARITO: C

A fundamentação da presente questão se encontra no **Art. 14, § 3º, VI** - a idade mínima de: **vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;**

5. GABARITO: D

A fundamentação da presente questão se baseia no **Princípio da anterioridade ou anualidade eleitoral, que se encontra no Art. 16, CF:** A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, NÃO se aplicando à eleição que ocorra **até um ano** da data de sua vigência.

6. GABARITO: A

A presente questão se fundamenta no Art. 14 § 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

7. GABARITO: B

A presente questão se fundamenta no Art. 14, § 3º, VI, CF - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

8. GABARITO: A

A presente questão se fundamenta no Art. 14, § 11, CF.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, **respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.**

9. GABARITO: A

O fundamento se encontra no caput do Art. 15, CF: É **vedada** a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Da Administração Pública)

QUESTÕES

1. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impensoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, entre outros, também, ao seguinte:

- A) É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- B) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- C) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos, e vedados, em qualquer hipótese, aos estrangeiros.
- D) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- E) É vedada a contratação por tempo determinado, mesmo na hipótese de se atender às necessidades temporárias e de excepcional interesse público.

2. Nos termos da Constituição Federal, sobre a Administração Pública, é correto afirmar que

- A) o direito à livre associação sindical do servidor público civil poderá ser restrinrido na forma da lei.
- B) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- C) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, excepcional-

mente, poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

D) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

E) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

3. Há três anos, Cícero foi aprovado em um concurso público do Município de Metrópole para cargo de provimento efetivo dentro do número de vagas existentes para o certame. No entanto, antes de Cícero ser nomeado para o referido cargo, o Município resolveu abrir novo concurso, tendo em vista que foram abertas mais vagas para o mesmo cargo. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Cícero

- a) deverá impugnar a abertura do novo concurso, tendo em vista que o Município não poderia dar início a novo certame antes de convocá-lo para assumir a sua vaga em aberto para o cargo.
- b) deverá ser convocado com prioridade sobre os novos concursados para assumir o cargo se o seu concurso ainda estiver dentro do prazo de validade.
- c) terá o direito de assumir o cargo para o qual foi aprovado, independentemente do prazo de validade do seu concurso, que, automaticamente, foi prorrogado com a abertura de novo concurso.
- d) não terá direito a assumir o cargo, tendo em vista que o prazo máximo de validade do concurso que prestou junto ao Município é de dois anos improrrogável.
- e) não terá direito a assumir o cargo para o qual foi aprovado, mesmo seu concurso estan-

do válido, tendo em vista que o Município tem direito a convocar os aprovados no novo concurso antes de Cícero.

4. A administração pública direta e indireta deve observar o seguinte comando constitucional:

- a) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- b) é vedado aos estrangeiros o acesso aos cargos, empregos e funções públicas.
- c) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão
- d) os cargos em comissão devem ser preenchidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- e) o direito de greve será exercido nos termos definidos pela associação sindical

5. Segundo a Carta Magna brasileira, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressaltadas as nomeações para

- a) cargo de nível médio em secretarias municipais.
- b) emprego público na Administração Indireta.
- c) cargo do Poder Legislativo que não exija curso superior.
- d) cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) cargo de provimento efetivo ou emprego público temporário.

6. Nos termos do que prescreve o artigo 37 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogáveis por duas vezes, por igual período.
- c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) As funções de confiança serão exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo, ou função temporária.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

7. O servidor público

- a) poderá acumular até três cargos públicos remunerados, desde que haja compatibilidade de horários ou turnos e tenha realizado os respectivos concursos públicos.
- b) que praticar ato de improbidade perderá perder a função pública, mas não poderá ter suspensos seus direitos políticos por esse motivo.
- c) tem garantidos, constitucionalmente, o direito de greve, nos termos e nos limites a serem definidos em lei específica, e o direito à livre associação sindical.
- d) do Poder Judiciário não poderá ter vencimentos inferiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- e) deve observar, quanto aos atos que pratica, os princípios da pessoalidade e do sigilo.

8. É correto afirmar que

- a) o prazo de validade do concurso público será de até cinco anos, prorrogável uma vez,

por igual período.

b) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.

c) são estáveis após 2 anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

d) a lei poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

e) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.

9. Assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

A) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos de professor, ainda que haja compatibilidade de horários.

B) Independe de autorização legislativa a criação de subsidiárias de autarquias e empresas públicas, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

C) O prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.

D) Com o fim de garantir a preservação do valor salarial, admite-se a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

E) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

10. Assinale a alternativa correta.

a) O prazo de validade de um concurso é de até dois anos, prorrogável por uma única vez pelo período de um ano.

b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros, natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, desde que demonstrados o dolo ou a culpa do agente responsável pela prática do ato.

d) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

e) Os atos de importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o resarcimento ao erário, na forma e graduação previstas em lei, não cabendo ação penal pelos mesmos fatos.

GABARITO

01. B	06. C
02. E	07. C
03. B	08. E
04. C	09. E
05. D	10. D

COMENTÁRIOS

1. GABARITO: B

Fundamentação no Art. 37, XIII, CF - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

2. GABARITO: E

Fundamentação no Art. 37, inciso IX, CF - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Ou seja, a nossa Constituição permitiu a contratação em regime jurídico especial, possibilitando um contrato mesmo sem a aprovação em concurso público.

3. GABARITO: B

Fundamentação no Art. 37, incisos III e IV da CF

III - o prazo de validade do concurso público será de ATÉ dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

4. GABARITO: C

Fundamentação no Art. 37, inciso VIII da CF

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

5. GABARITO: D

Fundamentação no Art. 37, inciso II da CF

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de

acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

6. GABARITO: C

Fundamentação no Art. 37, inciso VI da CF

Art. 37, VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

7. GABARITO: C

Fundamentação no Art. 37, inciso VII da CF

Art. 37, VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

8. GABARITO: E

Fundamentação no Art. 37, inciso XVI, b da CF

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

9. GABARITO: E

A presente questão se fundamenta no Art. 37, XVIII, da CF.

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de

competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

10. GABARITO: D

A presente questão se fundamenta no Art. 37, XIV, da CF.

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Dos Servidores Públicos)

QUESTÕES

1. **Sobre a estabilidade do servidor público, é correto afirmar que o servidor**

- a) público perderá sua estabilidade por sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo no qual lhe tenham sido assegurados a ampla defesa e o contraditório.
- b) estável, demitido em razão de sentença judicial, que tenha logrado a invalidação desse título judicial, terá direito à reintegração ao cargo que ocupava. Caso o cargo tenha sido preenchido por outrem, esse servidor não será reintegrado de imediato, permanecendo em disponibilidade.
- c) estável, tendo seu cargo extinto ou declarada a sua desnecessidade, ficará em disponibilidade, percebendo sua remuneração integralmente, até que seja possível seu aproveitamento em outro cargo.
- d) estável poderá perder seu cargo por insuficiência de desempenho, apenas nos três primeiros anos de efetivo exercício, mediante procedimento de avaliação periódica, que deverá ser disciplinado por lei complementar.
- e) que tenha sido aprovado por concurso público para cargo de provimento efetivo, exercido sua função por três anos efetivamente, e tenha sido favoravelmente avaliado em seu desempenho por comissão instituída para essa finalidade, adquire o direito à estabilidade.

2. **Hércules é funcionário público municipal e foi eleito para o mandato de Deputado Estadual nas últimas eleições e está prestes a assumir o mandato eletivo. Segundo disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Hércules**

A) poderá assumir o mandato de Deputado e acumular com o cargo público municipal, desde que exista compatibilidade de horários ou, não havendo compatibilidade, terá a faculdade de optar pela sua remuneração.

B) ficará afastado do cargo, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento e, na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime no Município.

C) será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e durante o afastamento para o exercício do mandato eleito, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, incluindo promoção por merecimento.

D) poderá acumular a remuneração do cargo público com o mandato eleito, considerando que são provenientes de Poderes distintos, e durante o afastamento para o exercício do mandato eleito, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais.

E) não poderá acumular a remuneração do cargo com a de Deputado Estadual, mas o tempo de serviço público será contado para todos os efeitos legais, e sendo segurado do regime próprio de previdência social, deverá ser desfiliado desse regime no município.

3. Assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

A) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos de professor, ainda que haja compatibilidade de horários.

B) Independente de autorização legislativa a criação de subsidiárias de autarquias e empresas públicas, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

C) O prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.

D) Com o fim de garantir a preservação do valor salarial, admite-se a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

E) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

4. Entre os conhecimentos básicos da Administração Pública, encontra-se a forma como deve ser realizada a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, que deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme parágrafo 1º do inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, nessa publicidade não podendo constar

A) a sua função social e as formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade.

B) o valor da obra previsto.

C) informação de texto ou apresentação visual que direta ou indiretamente, por implicação, omissão, exagero ou ambiguidade, leve o cidadão a engano quanto ao objeto de informação que está sendo comunicada.

D) o tempo estimado para a realização do serviço.

E) nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

5. Ao disciplinar a Administração Pública, a Constituição Federal assegura que

A) as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão

de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

B) a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas diretamente pelo poder público, excetuadas as de controle indireto.

C) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público e os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

D) a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Governador do respectivo Estado.

E) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se unicamente às atribuições de assessoramento.

6. Nos moldes da Constituição Federal, o servidor público titular de cargo efetivo, que tenha sofrido limitação em sua capacidade física ou mental, poderá, atendidas as demais exigências, ser readaptado,

A) para exercício de novo cargo compatível

com a sua limitação, devendo receber pelo menos 70% (setenta por cento) da remuneração do cargo de origem.

B) para exercício do mesmo cargo, com os necessários ajustes à sua limitação, garantida a mesma remuneração do cargo.

C) para exercício de novo cargo compatível com a sua limitação, podendo o servidor optar entre a remuneração do cargo de origem e a do cargo de destino.

D) para exercício de novo cargo compatível com a sua limitação, mantida a remuneração do cargo de origem.

E) para exercício de novo cargo compatível com a sua limitação, devendo receber a remuneração do cargo de destino.

7. No tocante às disposições constitucionais, que tratam do tema dos servidores públicos, é correto afirmar que:

A) o tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal e o tempo de serviço público correspondente serão contados para fins de disponibilidade e aposentadoria do servidor.

B) aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores.

C) por motivos de segurança, é expressamente vedado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário divulgar ou publicar os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos dos seus respectivos servidores.

D) o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, que poderá ser acrescido de gratificação, adicional, abono, prêmio e verba

de representação.

E) é vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

8. É correto afirmar que ao servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo,

A) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

B) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se não estivesse em exercício.

C) tratando-se de mandato eletivo estadual ou distrital não ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

D) investido no mandato de Prefeito não é necessário afastar-se do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

E) investido no mandato de Vereador perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

9. Assinale a alternativa correta no tocante à aposentadoria dos servidores públicos.

Alternativas

A) É facultada a realização de avaliações para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria do servidor por incapacidade permanente, quando comprovada a impossibilidade de sua readaptação ao serviço público.

B) O servidor será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao

tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei ordinária do respectivo ente federativo.

C) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, exceto mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

D) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar

E) O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal e o tempo de serviço correspondente serão contados para fins de aposentadoria e disponibilidade.

10. Segundo a Constituição Federal, art. 39, a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará, entre outros,

a) a experiência comprovada do servidor nas atividades relativas ao cargo.

b) a esfera de poder na qual se insere a carreira.

c) os valores médios dos salários pagos pelo mercado, segundo os critérios do IBGE.

d) a unidade da Federação e sua capacidade orçamentária.

e) a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

GABARITO

01. E	06. D
02. B	07. E
03. E	08. A
04. E	09. D
05. A	10. D

COMENTÁRIOS

1. GABARITO: E

A presente questão se fundamenta no Art. 41, § 4º da CF.

Art. 41. São **estáveis** após **3 anos de efetivo exercício** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 4º Como **condição** para a aquisição da estabilidade, é **obrigatória** a **avaliação especial de desempenho** por **comissão instituída para essa finalidade**.

2. GABARITO: B

A presente questão se fundamenta nos seguintes dispositivos da CF:

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

(...)

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - na hipótese de ser segurado de regime

próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

3. GABARITO: E

Fundamentação no art. 37 XVIII, CF - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

4. GABARITO: E

Fundamentação no Art.37, § 1º, CF - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

5. GABARITO: A

Fundamentação no Art 37, XXII, CF - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastrais e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

6. GABARITO: D

Fundamentação no Art 37 da CF, § 13. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para **exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido** em sua capacidade física ou mental, enquanto per-

manecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, **mantida a remuneração do cargo de origem.**

7. GABARITO: E

Fundamentação no Art. 39, § 9º, CF - É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

selho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º A FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE VENCIMENTO E DOS DEMAIS COMPONENTES DO SISTEMA REMUNERATÓRIO OBSERVARÁ:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

8. GABARITO: A

Fundamentação no Art. 38, IV, CF - Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

9. GABARITO: D

Com base no art. 40, § 4º-A, CF, poderão ser estabelecidos por **lei complementar** do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

10. GABARITO: D

Fundamentação no Art. 39, § 1º, I, CF

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão con-

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Das Funções Essenciais À Justiça.)

QUESTÕES

1. A respeito do Ministério Público, a Constituição Federal estabelece que

- A) se a instituição não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites nela estipulados.
- B) compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, excetuada a atuação financeira.
- C) o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de doze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- D) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria relativa dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- E) o Ministério Público da União comprehende o Ministério Público Federal; o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Militar; o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e o Ministério Público do Tribunal de Contas.

2. São funções essenciais à Justiça, pre-

vistas na Constituição Federal:

- A) Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública.
- B) Advocacia Pública, Advocacia, Defensoria Pública e Polícia Judiciária.
- C) Magistratura, Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública.
- D) Magistratura, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública.
- E) Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Polícia Judiciária.

3. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Compete ao Procurador-Geral de Justiça dispor sobre a organização e o funcionamento do Ministério Público, podendo, por meio de ato normativo, regulamentar a criação ou extinção de Procuradorias e Promotorias de Justiça.
- B) A iniciativa legislativa prevista no art. 127, § 2º, da Constituição, para a criação de cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira do Ministério Público, no âmbito estadual, é privativa do Procurador-Geral de Justiça.
- C) A independência funcional garantida pelo art. 127, § 1º, da Constituição da República, não é irrestrita, pois o membro do Ministério Público deve respeito à Constituição da República e às leis.
- D) O princípio do Promotor Natural decorre das garantias da inamovibilidade dos membros do Ministério Público, da independência funcional, do devido processo legal, e do postulado da autoridade natural inerente à cláusula do devido processo legal, o que impede ao Procurador Geral de Justiça designar, livremente, os membros do Ministério Público ou escolher, segundo critérios de conveniência e oportunidade, quem deva apreciar este ou aquele fato.
- E) O art. 128, § 5º, da Constituição da República, não substantiva reserva absoluta à lei

complementar para conferir atribuições ao Ministério Público ou a cada um dos seus ramos, na União ou nos Estados-membros, porque a Constituição Federal admite que a Instituição possa exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. Leis ordinárias, portanto, podem aditar novas funções às diretamente outorgadas ao Ministério Público pela Constituição.

4. Conforme o disposto na Constituição Federal, se o Ministério Público, durante a execução orçamentária do exercício, pretender realizar despesas ou assumir obrigações que extrapolam os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias,

- A) não poderá fazê-lo, uma vez que essa conduta é expressamente vedada pelo texto constitucional.
- B) poderá fazê-lo, se consideradas urgentes, mas, oportunamente, deverá fazer a devida compensação com o corte no seu orçamento.
- C) poderá fazê-lo, desde que previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- D) poderá realizar despesas, desde que urgentes, mas não poderá assumir obrigações além dos limites já estabelecidos para o respectivo exercício.
- E) poderá fazê-lo, em caráter excepcional, mas terá que obter a aprovação do Poder Legislativo para a ratificação das despesas realizadas ou das obrigações assumidas.

5. Hércules é Promotor de Justiça estadual e foi submetido a processo disciplinar pela Corregedoria da sua carreira, no qual foi absolvido. Nessa hipótese, considerando as atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), é correto afirmar que Hércules

- A) somente poderá ter revisto seu processo disciplinar se a decisão em âmbito estadual não foi unânime.
- B) não poderá sofrer revisão de seu processo disciplinar pelo CNMP, que não tem competência na matéria disciplinar.
- C) poderá sofrer revisão de seu processo disciplinar a qualquer tempo pelo CNMP, dependente, todavia, de provocação.
- D) poderá ter seu processo disciplinar revisto de ofício ou mediante provocação pelo CNMP, desde que julgado há menos de um ano.
- E) poderá ter seu processo disciplinar revisto de ofício ou mediante provocação pelo CNMP, desde que esgotadas as instâncias judiciais competentes.

6. Assinale a alternativa correta a respeito das funções essenciais da Justiça.

- A) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- B) Os membros do Ministério Público gozam da garantia da vitaliciedade, após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- C) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos de idade.
- D) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da República, observado o disposto em lei.
- E) São garantias institucionais da Defensoria Pública a irredutibilidade de vencimentos, a independência funcional e inamovibilidade após três anos de efetivo exercício.

7. Sobre as funções essenciais à Justiça, previstas no texto constitucional, é correto afirmar que integra(m) tais funções

- A) os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, responsáveis pelo acesso à justiça dos hipossuficientes.
- B) a Advocacia Pública, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.
- C) a Advocacia da União, sendo esta carreira, exclusivamente, inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
- D) o Ministério Público que possui, entre outras, a atribuição de defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- E) a Advocacia Pública e a Defensoria Pública, sendo vedado a ambas o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

8. Nos termos do que estabelece a Constituição Federal, exercer o controle externo da atividade policial é uma função institucional

- A) da Corregedoria da Polícia.
- B) da Defensoria Pública.
- C) da Magistratura.
- D) da Procuradoria do Estado.
- E) do Ministério Público.

9. A vitaliciedade e a inamovibilidade são garantias

- A) de todos os servidores públicos.
- B) dos juízes e promotores.
- C) dos servidores do Poder Judiciário.
- D) dos policiais civis e militares.
- E) dos ocupantes de cargos essenciais à justiça.

10. Dentre as funções institucionais do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- A) Representar a União, judicial e extrajudicialmente.
- B) Exercer o controle externo da atividade policial, na forma estabelecida em lei complementar.
- C) Apreciar arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal
- D) Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário.
- E) Processar e julgar habeas corpus

GABARITO

01. A	06. A
02. A	07. D
03. A	08. E
04. C	09. B
05. D	10. B

COMENTÁRIOS

1. GABARITO: A

CERTA. Com base no Art. 127 § 4º, CF: Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º.

2. GABARITO: A

De acordo com a CF, temos no CAPÍTULO IV – Das funções essenciais à Justiça: Seção I – Do Ministério Público; Seção II – Da Advocacia Pública; Seção III – Da Advocacia; Seção IV – Da Defensoria Pública

O BIZU mais conhecido para decorar essas **funções essenciais** é o: **DAMA ESSENCIAL**

Defensoria Pública

Advocacia

Ministério Publico

Advocacia Pública

3. GABARITO: A

A) Compete ao Procurador-Geral de Justiça dispor sobre a organização e o funcionamento do Ministério Público, podendo, ~~por meio de ato normativo~~, regulamentar a criação ou extinção de Procuradorias e Promotorias de Justiça. **ERRADO.**

4. GABARITO: C

A fundamentação da presente questão se encontra no art. 127, § 6º, da CF:

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais

5. GABARITO: D

A fundamentação da presente questão se encontra nos dispositivos abaixo:

CF, Art. 130-A, §2: Compete ao Conselho Nacio-

nal do Ministério Público o **controle da atuação administrativa e financeira** do Ministério Público e do **cumprimento dos deveres funcionais de seus membros**, cabendo lhe:

IV – rever, de **ofício ou mediante provocação**, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados HÁ MENOS DE UM ANO.

6. GABARITO: A

A fundamentação da presente questão se encontra no **Art. 128. § 2º, CF**: A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

7. GABARITO: D

A alternativa correta encontra fundamentação no Art. 127 da CF: O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

8. GABARITO: E

A fundamentação da presente questão se encontra no Art. 129, VII, da CF:

VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior

9. GABARITO: B

A fundamentação das garantias de juízes e promotores podem ser encontradas nos dispositivos abaixo:

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado; II - **inamovibilidade**, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII; III - **irredutibilidade** de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

128, II, § 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I - as seguintes garantias:

a) **vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;**

b) **inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;**

c) **irredutibilidade** de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;

10. GABARITO: B

Fundamentação: Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Lei Orgânica do Ministério Público de São Paulo [Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993], artigos 1º ao 9º; 43 a 48; 59 a 75.)

QUESTÕES

1. São princípios institucionais do Ministério Público expressos na Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993:

- A) unidade, indivisibilidade e independência funcional
- B) unidade, legalidade e impensoalidade
- C) indivisibilidade, unidade e impensoalidade
- D) independência funcional, indivisibilidade e legalidade
- E) divisibilidade, soberania funcional e impensoalidade

2. Sobre a autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, com base na Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, assinale a incorreta:

- A) Ao Ministério Público cabe propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;
- B) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena, mas não gozam de auto-executoriedade
- C) Ao Ministério Público cabe propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus servidores;
- D) Os atos de gestão administrativa do Ministério Público, inclusive no tocante a convênios, contratações e aquisições de bens e serviços, não podem ser condicionados à apreciação

prévia de quaisquer órgãos do Poder Executivo.

E) Ao Ministério Público cabe editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos de carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores;

3. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, são Órgãos de Execução do Ministério Público:

- A) os Centros de Apoio Operacional;
- B) as Procuradorias de Justiça;
- C) o Conselho Superior do Ministério Público;
- D) a Corregedoria-Geral do Ministério Público
- E) a Procuradoria-Geral de Justiça;

4. Sobre as Procuradorias de Justiça, com base na Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993:

- A) As Procuradorias de Justiça serão instituídas por Ato do Procurador Geral de Justiça;
- B) Os integrantes de cada Procuradoria de Justiça escolherão dois Procuradores de Justiça para exercerem, durante o período de 2 (dois) anos, permitida uma recondução consecutiva, as funções de Secretário Executivo e de Suplente de Secretário Executivo, com incumbência de responder pelos serviços administrativos da Procuradoria
- C) Os membros mais antigos do Colégio de Procuradores de Justiça poderão propor alteração na organização das Procuradorias de Justiça
- D) O prazo para devolução dos autos com manifestação de Procurador de Justiça não poderá exceder, salvo situações especiais, 15 (quinze) dias.
- E) A participação nas reuniões das Procuradorias de Justiça é obrigatória e delas serão lavradas atas cujas cópias serão remetidas ao Procurador-Geral de Justiça e ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;

5. Sobre as Promotorias de Justiça, com base na Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993:

- A) as Promotorias de Justiça realizarão reuniões semanais para tratar de assunto de seu peculiar interesse
- B) Promotorias Especializadas são aquelas cujos cargos que as integram têm suas funções definidas para a esfera penal, exclusivamente, sem distinção entre espécies de infração penal
- C) As Promotorias de Justiça serão organizadas por Ato do Procurador-Geral de Justiça
- D) A participação nas reuniões da Promotoria de Justiça é facultativa, dela lavrando-se ata, da qual remeter-se-á cópia à Procuradoria-Geral de Justiça.
- E) A Promotoria de Justiça será obrigatoriamente especializada se os cargos que a integram contiverem na sua denominação indicativo de espécie de infração penal, de relação jurídica de direito civil ou de órgão jurisdicional com competência definida preferencialmente em razão da matéria.

6. São órgãos auxiliares do Ministério Público:

- a) os Promotores de Justiça e o Procurador-Geral de Justiça.
- b) o Conselho Superior do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.
- d) a Corregedoria-Geral do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça.
- e) a Comissão de Concurso e os Estagiários.

7. As Procuradorias de Justiça serão instituídas por Ato do Colégio de Procuradores de Justiça, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, que deverá conter

- a) Grupos de Atuação Especial, de caráter

transitório.

- b) um ou mais cargos de Promotor de Justiça.
- c) Promotores de Justiça encarregados de exercer as funções institucionais de Ministério Público.
- d) as normas de organização interna e de funcionamento.
- e) os cargos que as integram e as funções definidas pela espécie de infração penal.

8. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 734/1993, as Promotorias de Justiça poderão ser

- a) Criminais, Cíveis, da Infância e Juventude e de Execução Criminal.
- b) Especializadas, Criminais, Cíveis, Cumulativas ou Gerais.
- c) Gerais, Especializadas, Criminais, Cíveis e Administrativas.
- d) Gerais, Criminais, Cíveis, de Atuação Especial e de Execução Criminal.
- e) Criminal, Cível, de Execução Criminal, da Infância e Juventude e de Atuação Especial.

9. São órgãos auxiliares do Ministério Público, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993 I – os centros de Apoio Operacional; II – a Comissão de Concurso; III – o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; IV – os órgãos de apoio técnico e administrativo; V – os estagiários.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva V está incorreta.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

10. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público:

I- É vedado aos membros do Ministério Público exercer qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério, exceto quando em disponibilidade ou aposentado.
 II- É vedado aos membros do Ministério Público exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.
 III- São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, inclusive para vitaliciamento, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de designação do Procurador-Geral de Justiça para realização de atividade de relevância para a instituição.
 IV- São deveres dos membros do Ministério Público, além de outros previstos em lei, desempenhar com zelo e presteza as suas funções e assistir aos atos judiciais, quando conveniente a sua presença, a seu prudente juízo.
 V- O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria, nos seguintes casos: a) prática de crime incompatível com o exercício do cargo, após decisão judicial transitada em julgado; b) exercício da advocacia; c) abandono do cargo por prazo superior a trinta dias corridos.

Está correto apenas o conteúdo em:

- a) II, III e V.
- b) I, II e V.
- c) I, III e IV.
- d) II e V.
- e) I, III e V.

GABARITO

01. A	06. E
02. B	07. D
03. C	08. B

04. E	09. A
05. C	10. D

COMENTÁRIOS

1. GABARITO: A

Fundamentação: Art. 1º, § 2º. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

2. GABARITO: B

Com base no art. 2º, § 3º: § 3º. As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm auto-executoriedade e eficácia plena, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas

3. GABARITO: C

Fundamentação: Art. 7º, III – o Conselho Superior do Ministério Público;

4. GABARITO: E.

Fundamentação: Art. 44, § 5º

5. GABARITO: C.

Fundamentação: Art. 47 - As Promotorias de Justiça serão organizadas por Ato do Procurador-Geral de Justiça, observadas as seguintes disposições:

6. GABARITO: E.

Fundamentação: Art. 8º

Artigo 8º São órgãos auxiliares do Ministério Público:

- I os Centros de Apoio Operacional;
- II a Comissão de Concurso;
- III o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;
- IV os órgãos de apoio técnico e administrativo;

V - os Estagiários.

7. GABARITO: D.

Fundamentação: Art. 44, III.

Artigo 44. As **Procuradorias de Justiça** serão instituídas por **Ato do Colégio de Procuradores de Justiça**, mediante **proposta do Procurador-Geral de Justiça**, que deverá conter:

I - a denominação das Procuradorias de Justiça, de acordo com a respectiva área de atuação;

II - o número de cargos de Procurador de Justiça que a integrarão;

III - as normas de organização interna e de funcionamento.

8. GABARITO: B

O gabarito da presente questão encontra fundamento no art. 47, I.

Art. 47. As Promotorias de Justiça serão organizadas por Ato do Procurador-Geral de Justiça, observadas as seguintes disposições:

I - as Promotorias de Justiça poderão ser Especializadas, Criminais, Cíveis, Cumulativas ou Gerais;

9. GABARITO: A

O gabarito da presente questão encontra fundamento no art. 8º

Artigo 8º - São órgãos auxiliares do Ministério Público:

I - os Centros de Apoio Operacional;

II - a Comissão de Concurso;

III - o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;

IV - os órgãos de apoio técnico e administrativo;

V - os Estagiários.

VI - a Comissão Processante Permanente.

10. GABARITO: D

I- INCORRETO: É vedado aos membros do Ministério Público exercer qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério, **exceto quando em disponibilidade ou aposentado.**

Art. 44. É vedado exercer, **ainda que em disponibilidade**, qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério;

II- CORRETTO: É vedado aos membros do Ministério Público exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.

Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

III- INCORRETO: São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, **inclusive para vitaliciamento**, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de designação do Procurador-Geral de Justiça para realização de atividade de relevância para a instituição.

Art. 53. São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, **exceto para vitaliciamento**, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de designação do Procurador-Geral de Justiça para:

a) realização de atividade de relevância para a instituição;

b) direção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público;

IV- INCORRETA: São deveres dos membros do Ministério Público, além de outros previstos em lei, desempenhar com zelo e presteza as suas funções e assistir aos atos judiciais, quando **conveniente** a sua presença, a seu prudente juízo.

Art. 43. São deveres dos membros do Ministério Público, além de outros previstos em lei: V - assistir aos atos judiciais, **quando obrigatória ou conveniente a sua presença;**

V- CORRETA: O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria, nos seguintes casos: a) prática de crime incompatível com o exercício do cargo, após decisão judicial transitada em julgado; b) exercício da advocacia; c) abandono do cargo por prazo superior a trinta dias corridos. Art. 38

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO (Lei Orgânica do Ministério Público de São Paulo [Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993], artigos 1º ao 9º; 43 a 48; 59 a 75.)

QUESTÕES

1. **De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça compreende as seguintes funções de confiança, exceto:**

- A) Chefia de Gabinete
- B) Chefia de Setor
- C) Assessoria Técnica
- D) Centros de Apoio Operacional
- E) Diretoria-Geral e Diretorias Regionais

2. **Com base na Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, assinale a incorreta:**

- A) O Corpo de Apoio Técnico da Diretoria Geral tem a atribuição de prestar assistência técnica ao Procurador-Geral em assuntos relacionados à sua área de atuação;
- B) A Sub-área de Apoio Técnico da Diretoria Geral tem, dentre outras, a atribuição de elaborar quadros, tabelas e mapas, pesquisas, ofícios, contratos, pareceres, planilhas e gráficos
- C) A Subárea de Apoio Administrativo tem, dentre outras, a atribuição de receber, registrar, distribuir e expedir processos, correspondências e papéis, manter arquivo de correspondência expedida e das cópias dos documentos preparados, executar serviços de datilografia e providenciar cópias de textos;
- D) Ao Centro de Recursos Humanos em relação à Administração de Pessoal do Ministério Público, dentre outras atividades próprias de suas funções, cabe assistir as autoridades nos assuntos relacionados com a Administração de Pessoal, planejar a execução, das políticas e di-

retrizes relativas à Administração de Pessoal, coordenar, prestar orientação técnica, controlar e, quando for o caso, executar as atividades de administração do pessoal, inclusive dos estagiários e do pessoal contratado para prestação de serviços.

E) Cabe ao Departamento de Administração prestar às unidades do Ministério Público serviços na área de administração de material e patrimônio, de compras, de transportes internos motorizados e de zeladoria, propiciando-lhes condições de desempenho adequado, além de outros necessários ao exercício de suas atribuições;

3. Com base na Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, assinale a incorreta:

- A) A Área de Contabilidade tem as atribuições de executar os serviços contábeis, de acordo com os planos de contas vigentes e opinar sobre questões de contabilidade pública;
- B) Ao Grupo de Planejamento Setorial incumbe as atribuições definidas na legislação pertinente;
- C) A Comissão Processante Permanente tem por atribuição conduzir os processos administrativos ou sindicâncias de funcionários e servidores do Ministério Público;
- D) As Áreas Regionais da Capital e do Interior têm, dentre outras, as atribuições de receber, registrar e encaminhar autos de processos judiciais em que devam oficiar órgãos de execução do Ministério Público de Primeira Instância, assim como papéis e outros documentos relacionados com a atividade dos órgãos de execução;
- E) O Centro de Finanças e Contabilidade contará com Corpo de Apoio Logístico, com uma Área de Compras, uma Área de Orçamento e Licitação, uma Área de Contabilidade e uma Área de Fiscalização e Controle Previdenciário;

4. Com base na Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, cabe ao Diretor-Geral:

- A) ordenar ou prorrogar a suspensão preventi-

va de funcionário ou servidor, até 90 (noventa) dias;

B) aplicar pena de repreensão e suspensão, limitada a 60 (sessenta) dias, bem como converter em multa a suspensão aplicada;

C) dar posse e exercício aos funcionários e servidores do Ministério Público, inclusive àqueles nomeados para cargos em comissão, bem como de direção e chefia;

D) o pagamento de diárias a funcionários e servidores, até 45 (quarenta e cinco) dias;

E) autorizar, cessar ou prorrogar afastamento de funcionários e servidores para dentro do País e por prazo não superior a 60 (sessenta) dias, nas hipóteses de missão ou estudo de interesse do serviço público; de participação em congressos ou outros certames culturais, técnicos ou científicos; e de participação em provas ou competições desportivas, desde que haja solicitação de autoridade competente;

5. Entre os órgãos de apoio técnico e administrativo está a Assessoria Técnica, que compreende o Corpo Técnico

- A) constituído de Assessores designados dentre os membros do Ministério Público com, no mínimo, 10 (dez) anos de carreira.
- B) integrado por Assessores designados dentre os membros do Ministério Público com, no mínimo, 5 (cinco) anos de carreira.
- C) formado por Assessores designados dentre funcionários ou servidores administrativos, com diploma de nível universitário.
- D) integrado por Assessores com experiência profissional comprovada em assuntos relacionados com as funções a serem desempenhadas.
- E) com atribuição de elaborar quadros, tabelas e mapas, pesquisas, ofícios, contratos, pareceres, planilhas e gráficos.

6. Sobre os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo, com base na Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993:

A) O Corpo Técnico é constituído de Assessores, designados dentre funcionários ou servidores administrativos, com diploma de nível universitário ou habilitação legal correspondente e experiência profissional comprovada em assuntos relacionados com as funções a serem desempenhadas.

B) O Corpo de Apoio Técnico da Diretoria Geral tem a atribuição de prestar assistência técnica ao Procurador-Geral em assuntos relacionados à sua área de atuação.

C) A Área de Contabilidade tem as atribuições de executar o planejamento financeiro e orçamentário, de acordo com os planos de contas vigentes e opinar sobre questões de contabilidade pública.

D) A Comissão Processante Permanente tem por atribuição conduzir os processos administrativos ou sindicâncias de funcionários e servidores do Ministério Público.

E) Os órgãos e serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Ministério Público serão organizados e instituídos por Ato do Colégio de Procuradores

7. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, a Chefia de Gabinete compreende, exceto:

- A) Centro de Informática;
- B) Área de Serviços Estatísticos;
- C) Área de Documentação e Divulgação;
- D) Área de Recursos Humanos
- E) Área de Expediente e Secretarias.

8. Os serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo atuarão junto aos:

- A) Escola Superior do Ministério Público;
- B) Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público;
- C) Conselho de Procuradores de Justiça;
- D) Promotores de Justiça;
- E) Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional.

GABARITO

01. B	05. A
02. A	06. D
03. E	07. D
04. C	08. E

COMENTÁRIOS

1. GABARITO: B

Fundamentação: Art. 61.

Artigo 61 - O Gabinete do Procurador-Geral de Justiça compreende as seguintes funções de confiança:

I - Chefia de Gabinete;

II - Assessoria Técnica;

III - Centros de Apoio Operacional;

IV - Diretoria-Geral e Diretorias Regionais. (NR).

2. GABARITO: A

A presente questão encontra fundamento no art. 65

Artigo 65 - O Corpo de Apoio Técnico da Diretoria Geral tem a atribuição de prestar assistência técnica **ao Diretor-Geral em assuntos relacionados à sua área de atuação.**

3. GABARITO: E

A presente questão encontra fundamento no art. 70.

Artigo 70 - O Centro de Finanças e Contabilidade contará com Corpo de Apoio Técnico, com uma Área de Pagamentos, uma Área de Orçamento e Despesas, uma Área de Contabilidade e uma Área de Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária, competindo-lhe, dentre outras, as atribuições de:

I - supervisionar os serviços de Contabilidade;

dade, Execução Orçamentária, Extra-Orçamentária, Inspeção e Tomada de Contas; II - exercer o controle interno de que cuida o artigo 3º, § 3º, desta lei complementar; III - fazer cumprir as normas estaduais referentes à execução orçamentária e de encerramento do exercício financeiro; IV - propor normas para aprimorar a execução orçamentária e financeira; V - emitir pareceres sobre assuntos técnico-administrativos; VI - elaborar tabelas e quadros orçamentários, financeiros, contábeis e estatísticos;

4. GABARITO: E.

Fundamentação: Art. 75, I, a.

Artigo 75 - Ao Diretor-Geral, na sua área de atuação, compete, além das delegações que lhe forem feitas pelo Procurador-Geral de Justiça:
I - quanto à administração de pessoal:
a) dar posse e exercício aos funcionários e servidores do Ministério Público, inclusive àqueles nomeados para cargos em comissão, bem como de direção e chefia;

5. GABARITO: A.

Fundamentação: Art. 63 com alteração dada pela lei 1083/2008

Artigo 63 A Assessoria Técnica compreende:

I Corpo Técnico;

II Corpo de Apoio técnico.

VII - o § 1º do artigo 63:

“§ 1º - O Corpo Técnico é constituído de Assessores designados dentre os membros do Ministério Público com, **no mínimo, 10 (dez) anos de carreira.**”

6. GABARITO: D.

Fundamentação: Art. 73. A Comissão Processante Permanente tem por atribuição conduzir os processos administrativos ou sindicâncias de funcionários e servidores do Ministério Público.

7. GABARITO: D.

Fundamentação: Art. 62 - A Chefia de Gabinete compreende: I - Centro de Informática; II - Área de Serviços Estatísticos; III - Área de Documentação e Divulgação; IV - Área de Apoio à Segunda Instância; V - Área de Expediente e Secretarias.

8. GABARITO: E.

Fundamentação: Art. 60. Os serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo atuarão junto ao: I - Gabinete do Procurador-Geral de Justiça; II - Corregedoria-Geral do Ministério Público; III - Colégio de Procuradores de Justiça; IV - Conselho Superior do Ministério Público; V - Procuradorias de Justiça; VI - Promotorias de Justiça; VII - Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional



**DOMINANDO
A LEI SECA**

